

## **Considerações e Indicativos para a Assembleia Nacional do Sindifisco Nacional – 12 de janeiro de 2022**

Diante da aprovação da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2022, que promoveu profundos cortes no orçamento da Receita Federal e não contemplou a previsão de recursos suficientes para atender as demandas da categoria, os Auditores-Fiscais, reunidos em Assembleia Nacional realizada no dia 23 de dezembro, aprovaram por imensa maioria de votos os cinco indicativos para a instauração de mobilização para pressionar o governo pelo cumprimento integral do Acordo salarial firmado em 2016.

O último reajuste dos salários ocorreu quando da aprovação da Lei nº 13.464/2017 (conversão da MP 765/2016), prevendo, enquanto não publicado o Decreto de regulamentação, o pagamento de bônus fixo mensal no valor de R\$ 3.000,00, além de 4 parcelas de reajuste pagas até janeiro de 2019, as quais totalizaram 21,25% de aumento do nosso vencimento básico.

Esse acordo aprovado pela categoria em 2016 previa a regulamentação do bônus com a garantia de tratamento isonômico com o acordo feito com os advogados da AGU. Passados cinco anos, o governo não cumpriu os termos do acordo firmado, nem promoveu qualquer outro reajuste para repor as perdas acumuladas no período em decorrência da inflação.

Repudiamos com veemência os cortes efetuados pela Lei orçamentária nos recursos previstos para a Receita Federal do Brasil, em montante superior a R\$ 1 bilhão, o que irá comprometer de forma muito grave o exercício das competências dos Auditores-Fiscais e das atividades da Receita Federal.

A falta de regulamentação do bônus de eficiência vem retardando, inclusive, a reposição das perdas inflacionárias que, desde dezembro de 2016 chegam a 27,6%, segundo o Fonacate (variação IPCA dezembro/16 a dezembro/21), ampliando a distância entre a nossa remuneração e a dos advogados da AGU e dos delegados da Polícia Federal. Pois, na mesma Lei orçamentária que promoveu cortes expressivos nos recursos destinados à Receita Federal, aprovou-se a previsão de recursos de R\$ 1,7 bilhão para reestruturação das carreiras dos órgãos do Ministério da Justiça. Essa reestruturação, segundo todas as notícias veiculadas sobre esse assunto, elevará o vencimento final do delegado da Polícia Federal ao teto da remuneração do Executivo Federal.

A indignação generalizada da categoria pelo desrespeito com que vem sendo tratada pelo governo vem se ampliando a cada dia. A mobilização aprovada, na última assembleia, com a presença de mais de 4000 Auditores-Fiscais, é a sinalização clara de que há disposição de luta para mudar esse quadro desolador em que nos encontramos.

Estamos sintonizados e comprometidos com esse ânimo demonstrado pelos Auditores-Fiscais para reverter esse processo continuado de desprestígio de nosso cargo e da nossa instituição.

Colocaremos todos os meios à disposição da mobilização para garantir o cumprimento integral do Acordo salarial firmado em 2016 e pela implementação de todas as medidas

necessárias para revogar os dispositivos que estabeleceram tratamento não paritário aos aposentados no pagamento do bônus de eficiência.

Sem qualquer prejuízo na estratégia de luta pela regulamentação do bônus nos termos acordados, urge incluir na nossa pauta a necessidade de recomposição imediata das perdas inflacionárias acumuladas desde o último reajuste do vencimento básico.

Recompôr/corrigir o valor da parcela correspondente ao vencimento básico é fundamental, pois essa parcela é a garantia de que a remuneração do cargo não venha a ser majoritariamente composta pela parte correspondente à remuneração variável, situação que deixaria o cargo em posição muito mais vulnerável, pois dependente das decisões gerenciais sobre as quais a categoria não tem qualquer controle.

Ademais, a luta pela recomposição do vencimento básico é, no momento, a única alternativa concreta capaz de promover isonomicamente um aumento salarial tanto para ativos quanto para os aposentados, tendo o efeito benéfico e desejado – pois em conformidade com o princípio sindical da solidariedade – de diminuir o fosso salarial hoje existente na categoria como consequência da escadinha do bônus. Caso persistíssemos no abandono a que foi relegada a pauta pela recomposição do vencimento básico, o fosso salarial tenderia a aumentar cada vez mais, dividindo de forma irremediável a categoria, com risco inclusive de sobrevivência do sindicato nos moldes hoje existente. Visa ainda, essa pauta, a interromper a trajetória de aumento da desigualdade remuneratória hoje existente enquanto o sindicato não tiver êxito na revogação do artigo da lei que quebrou a paridade constitucional.

A luta pelo reajuste dos salários defasados pela inflação dos últimos anos está também em sintonia com a proposição do Fonacate, integrado por vários sindicatos de servidores públicos federais, entre os quais o nosso Sindicato. Para alavancar a mobilização, o Fonacate está chamando um dia nacional de paralisação para o dia 18 de janeiro. A participação do Sindifisco na mobilização convocada pelo Fonacate é fundamental para fortalecer a luta unitária em defesa da recomposição das perdas salariais decorrentes da inflação.

Outra situação que vem precarizando as condições de trabalho dos Auditores-Fiscais é a falta de realização de concurso. Em dezembro de 2021 havia em atividade 4.425 Auditores-Fiscais a menos do que em janeiro de 2012, redução de 36% do quadro, com o agravante de haver um percentual elevado de colegas em condições de se aposentar. Se todos os aptos a se aposentar tomassem a decisão de fazê-lo, a Receita Federal ficaria com um quadro de pouco mais de 6.000 Auditores-Fiscais, o que mostra o descalabro a que chegamos.

Pelas regras atuais, a falta de ingresso de novos Auditores-Fiscais impede a realização de concursos de remoção, fazendo com que os colegas tenham que permanecer em locais de fronteira por tempo indeterminado. Por isso é urgente incluir na pauta de reivindicações a realização imediata de concurso público para nosso cargo.

É fundamental que todos os filiados acatem as decisões das assembleias para o crescimento e fortalecimento da mobilização. Devemos prosseguir com a entrega de cargos, devemos garantir que os cargos deixados vagos não sejam, EM HIPÓTESE

ALGUMA, ocupados por colegas Auditores. Assim é que, eventual ocupação de cargo vago, não se poderá admitir, pois, além de ser uma atitude de profundo desrespeito e de deslealdade para com a categoria, que se encontra num estado inédito de mobilização, tal ato poderá sujeitar os infratores às penalidades previstas no Estatuto do sindicato.

É importante lembrar que os indicativos aprovados na última assembleia abrangem também a não participação em grupos de trabalho ou em forças-tarefa voltadas para atividades de repressão, tais como a operação Fronteira Blindada.

Entre os indicativos da presente assembleia está o da instituição dos comandos de mobilização que, entre outras tarefas, terá a de fortalecer a mobilização principalmente nos locais estratégicos para o sucesso do nosso movimento (locais com níveis críticos de pressão contra Auditores, ou descumprimento de decisões da assembleia que venham em prejuízo da mobilização).

Cabe ressaltar ainda o apoio importante – inédito – que a mobilização está tendo junto aos colegas conselheiros do CARF. É importante que, também em relação a isso, o sindicato coloque a sua estrutura à disposição dos colegas, apoiando-os concretamente contra eventuais retaliações que venham a sofrer pela posição estratégica que ocupam (vide sobre esse tópico a nota do Sindifisco, inclusive em relação à necessidade de eventual indenização referente a despesas de hospedagem). O indicativo 7 trata desse tópico, esclarecendo que essa indenização não se refere a valores que eventualmente deixem de ser percebidos em decorrência da decisão de entrega de cargos de chefia.

O momento é de fortalecer a mobilização e sinalizar que não iremos recuar até que sejam atendidas todas as nossas reivindicações.

Pelos motivos expostos nas considerações acima, submetemos à Assembleia Nacional os 8 indicativos abaixo, com proposição de aprovação.

## INDICATIVOS PARA A ASSEMBLEIA NACIONAL DE 12/1/2022

Favor encaminhar os resultados, por meio do Portal de Serviços.

DS: \_\_\_\_\_

Nº de Auditores-Fiscais presentes:

Ativos: \_\_\_\_ Aposentados: \_\_\_\_ TOTAL: \_\_\_\_

**INDICATIVO 1:** Os Auditores-Fiscais aprovam a instalação dos comandos de mobilização, com a aprovação dos seguintes Auditores-Fiscais para o comando local (aprovar os nomes na Assembleia);

a) sim: \_\_\_\_\_

b) não: \_\_\_\_\_

c) abstenções: \_\_\_\_\_

**INDICATIVO 2:** Os Auditores-Fiscais ratificam os indicativos aprovados na última Assembleia Nacional (23/12) e manutenção da mobilização nos termos constantes daqueles indicativos até que sejam cumpridos os termos do Acordo remuneratório firmado com o governo em 2016;

a) sim: \_\_\_\_\_

b) não: \_\_\_\_\_

c) abstenções: \_\_\_\_\_

**INDICATIVO 3:** Os Auditores-Fiscais ratificam as orientações do caderno de mobilização e, em função dos indicativos aprovados na Assembleia de 23/12/21, os presidentes de turma de DRJ devem se abster de agendar sessões de julgamento, da mesma forma que os julgadores da DRJ e os conselheiros titulares e suplentes do CARF e da CSRF devem se abster de participar das sessões caso sejam agendadas;

a) sim: \_\_\_\_\_

b) não: \_\_\_\_\_

c) abstenções: \_\_\_\_\_

**INDICATIVO 4:** Os Auditores-Fiscais aprovam a inclusão, na pauta de reivindicações, da reposição das perdas salariais acumuladas desde o Acordo de 2016 para recomposição do vencimento básico;

- a) sim: \_\_\_\_\_
- b) não: \_\_\_\_\_
- c) abstenções: \_\_\_\_\_

**INDICATIVO 5:** Os Auditores-Fiscais aprovam a inclusão, na pauta de reivindicações, de realização de concurso público para Auditor-Fiscal;

- a) sim: \_\_\_\_\_
- b) não: \_\_\_\_\_
- c) abstenções: \_\_\_\_\_

**INDICATIVO 6:** Os Auditores-Fiscais aprovam a realização de caravanas para fortalecer a mobilização, com prioridade para os locais onde a mobilização esteja sofrendo qualquer tipo de represália ou constrangimento;

- a) sim: \_\_\_\_\_
- b) não: \_\_\_\_\_
- c) abstenções: \_\_\_\_\_

**INDICATIVO 7:** Os Auditores-Fiscais aprovam a indenização de eventuais prejuízos financeiros, com utilização de recursos do Fundo de Mobilização, impostos aos colegas em razão do movimento reivindicatório, tais como despesas com pagamento antecipado de hospedagem;

- a) sim: \_\_\_\_\_
- b) não: \_\_\_\_\_
- c) abstenções: \_\_\_\_\_

**INDICATIVO 8:** Os Auditores-Fiscais aprovam a participação do Sindifisco nas mobilizações decididas pelo Fonacate, sendo a primeira delas a convocação para a paralisação nacional do dia 18 de janeiro.

- a) sim: \_\_\_\_\_
- b) não: \_\_\_\_\_
- c) abstenções: \_\_\_\_\_